



Melhores práticas na formação de juízes e magistrados do Ministério Público

Tipo de prática: Melhor Prática

País: Inglaterra e País de Gales

abril de 2014

Designação da prática	Ministração de formação a juízes e magistrados do Ministério Público em conjunto com outros profissionais
<i>Principais características:</i>	<p>Sempre que se torna claro que o trabalho dos juízes e magistrados do Ministério Público não pode ser examinado separadamente, pois pode misturar-se com o de várias outras profissões, jurídicas e não jurídicas, alguns estabelecimentos de formação realçam o valor acrescentado da formação ministrada a um público misto.</p> <p>Argumenta-se que esta abordagem é muito bem-sucedida, com base no valor acrescentado que representa para cada grupo-alvo de participantes que, dessa forma, são capazes de observar a evolução de um determinado processo do ponto de vista de outra profissão. Tal permite que todos os intervenientes dentro e fora do domínio judicial demonstrem uma compreensão e um nível mais elevado de sensibilização para com a administração da justiça no seu conjunto.</p> <p>Em Inglaterra e País de Gales, no Colégio Judicial, juízes e membros especializados não juízes (especialistas médicos e financeiros) recebem formação em conjunto no Tribunal da Segurança Social e de Apoio à Criança, ministrando igualmente formação em conjunto. Tal permite que os prestadores de formação utilizem exemplos de casos específicos dessas áreas de trabalho, para que possa realizar-se um debate realista e pormenorizado, quer no domínio jurídico quer relativamente a assuntos específicos.</p> <p>As questões factuais complexas que exigem um conhecimento especializado podem ser explicadas e interpretadas pelos membros especializados, enquanto os juízes contribuem para os estudos de casos com os seus conhecimentos no domínio jurídico, para que novas leis</p>

	<p>possam ser exploradas, discutidas e integradas nas questões especializadas.</p> <p>Acredita-se que a eficácia real está no fomento de uma maior relação entre os juízes e os membros não jurídicos e de uma melhor compreensão e respeito das competências que cada disciplina profissional tem e leva para o tribunal. Tal repercute-se em boas experiências nos tribunais para ambas as partes - juízes e membros especializados -, uma vez que um bom trabalho de equipa irá conduzir a melhores resultados, tanto em termos da eficácia das audiências como em termos da experiência do utilizador. Atualmente, considera-se que esta é, com efeito, a forma adequada de ministrar formação, sempre que possível, através da qual diferentes disciplinas profissionais se conjugam numa audiência judicial. Parece agora estranho prever ações de formação completamente distintas.</p>
<p><i>Contactos da instituição</i></p>	<p>Colégio Judicial Ministério da Justiça, 102 Petty France London SW1H 9LJ, Reino Unido Telefone: + 44 203 334 0700 Fax: + 44 203 334 5485 Endereço de correio eletrónico: magistrates@judiciary.gsi.gov.uk Sítio Web: http://www.judiciary.gov.uk/training-support/judicial-college</p>
<p><i>Outras observações</i></p>	<p>Os estabelecimentos de formação poderão querer considerar a possibilidade de transferência do sistema descrito acima, o que pode ser qualificado como uma MELHOR PRÁTICA, em circunstâncias especiais, caso seja atribuída competência aos estabelecimentos em causa para organizarem ações de formação dirigidas a outras profissões que não as próprias ou em parceria com outros estabelecimentos nacionais.</p>

Fonte: Projeto-piloto - Formação Judiciária Europeia: «Lote 1 – Estudo sobre as melhores práticas na formação de juízes e magistrados do Ministério Público», realizado pela Rede Europeia de Formação Judiciária (REFJ)